

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 006/2025 **PARA** CONCESSÃO DE **ESTÁGIOS** NÃO **OBRIGATÓRIOS** REMUNERADOS NÃO- $\mathbf{E}$ **OBRIGATÓRIOS** TERMO DE **CONVENIO** DE COOPERAÇÃO **TÉCNICA PARA FINS** DE NORMATIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DAS ATIVIDADES **CURRICULARES** NÃO **REMUNERADAS** OBRIGATÓRIAS E NÃO-OBRIGATÓRIAS que fazem entre si, por um lado.

O Município de Matupá/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede administrativa na Av. Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE-022, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Bruno Santos Mena, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 18278620 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 028.264.041-05, domiciliado na sede do Paço Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal Sr<sup>(a)</sup>. Jozeli Cardoso Giazzoni, brasileiro(a), casado(a), portador(a)da Cédula de Identidade nº. 12993239 SESP/MT, devidamente inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 856.575.301-87, domiciliado (a) na sede da Secretaria Municipal de Educação de Matupá, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado, a IES - Faculdade Única Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 32.495.498/0001-05, com sede na Rua Salermo, nº. 299, Bairro Bethânia, Município de Ipatinga/MG, Cep: 35.164-779, neste ato representada por seu responsável legal, Sr. Valdir Henrique Valerio, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. MG-4.692.647, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 797.646.906-10, com endereço profissional na Rua Salermo, nº. 299, Bairro Bethânia, Município de Ipatinga/MG, Cep: 35.164-779, doravante denominado INSTITUIÇÃO DE ENSINO, e em conformidade com a Lei Federal nº. 11.788/2008 e após credenciamento mediante o Edital de Chamamento Público nº. 007/2025, resolvem celebrar o TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIOS NÃO REMUNERADOS OBRIGATÓRIOS E NÃO-OBRIGATÓRIOS, respeitadas as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



- 1.1. O presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA tem por objetivo:
- **1.1.1.** Proporcionar a estudantes, regularmente matriculados e com efetiva frequência, oriundos dos cursos ministrados pela **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, a realização de estágios não remunerados obrigatórios e não-obrigatórios, junto aos órgãos e entidades integrantes da **CONCEDENTE**, conforme Lei Federal nº. 11.788/2008, visando a habilitação de profissionais, com finalidades de estágio curricular;
- **1.1.2.** Oportunizar que a **CONCEDENTE** participe do processo de complementação do ensino e da aprendizagem;
- **1.1.3.** Promover a interação dos docentes e discentes da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** nos setores de atuação da **CONCEDENTE**, colimando a troca de conhecimentos técnicos, científicos e informações relativas às necessidades e interesses de ambos, bem como a concepção, implantação e desenvolvimento de projetos e programas de extensão acadêmica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO ESTÁGIO NÃO REMUNERADO

- **2.1.** O estágio não remunerado obrigatório e não-obrigatório deverá proporcionar experiência prática na linha de formação profissional do estudante.
- **2.2.** É vedada a cobrança de quaisquer valores dos estudantes, inclusive atribuir-lhes a responsabilidade por arcarem com seguros contra acidentes pessoais de que trata o § 1º do Art. 9 da Lei Federal nº. 11.788/2008.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO

3.1. A celebração do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA não gera para a INSTITUIÇÃO DE ENSINO direito subjetivo à realização de estágios de seus estudantes nos órgãos e entidades do CONCEDENTE, uma vez que a realização de estágio não remunerado obrigatório e não-obrigatório é condicionada à conveniência administrativa, à aprovação do REQUERIMENTO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO pela autoridade responsável pelo órgão ou entidade em que será realizado o estágio e à existência de vagas.

## CLÁUSULA QUARTA - DA FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO REMUNERADO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO



- **4.1.** A formalização do estágio não remunerado será efetivada através da assinatura de Termo de Compromisso de Estágio TCE, firmado entre o estagiário e o **CONCEDENTE**, com interveniência obrigatória do representante da **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**.
- **4.2.** O Termo de Compromisso de Estágio TCE deverá ser instruído com o Plano de Atividades do Estagiário e homologado pela Instituição de Ensino quanto à adequação das respectivas condições à proposta pedagógica do curso.
- **4.3.** O Termo de Compromisso de Estágio TCE conterá informações sobre o local de realização do estágio, duração, período de ocorrência, data de início e término, programa e carga horária, nome da seguradora, número da apólice e valor do seguro por estagiário (a).

### CLÁUSULA QUINTA - DA JORNADA DE ESTÁGIO

- **5.1.** A duração do estágio de, no máximo, 2 (dois) anos, bem como a jornada de atividade, que não poderá exceder a 06 (seis) horas, limitada a 30 (trinta) semanais, será definida no Termo de Compromisso.
- **5.2.** O estágio não renumerado será autorizado somente aos cursos de pedagogia, normal superior e educação Infantil, na área das modalidades atendidas na rede municipal de ensino, que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.
- **5.3.** Fica, expressamente, vedado o acúmulo de estágios, a adoção de jornada e módulo semanal superior ao limite estabelecido neste instrumento de convênio bem como a realização de atividade de estágio no horário noturno, nos dias de domingo e feriado.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

### 6.1. Compete à INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- **6.1.1.** Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação do estágio de seus educandos;
- **6.1.2.** Avaliar as instalações da parte **CONCEDENTE** e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- **6.1.3.** Estabelecer e validar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estagiário e ao horário e calendário;



- **6.1.4.** Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- **6.1.5.** Contratar, em favor do estagiário que realizar estágio obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, nos termos do § 1º do Art. 9 da Lei Federal nº. 11.788/2008;
- **6.1.6.** Responder pela aplicação ao estagiário da legislação referente à saúde e segurança no trabalho:
- **6.1.7.** Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de Relatório de Atividades;
- **6.1.8.** Desenvolver projetos e programas de extensão acadêmica em áreas do conhecimento e interesse das partes.
- **6.1.9.** Reunir-se periodicamente com a equipe da Instituição **CONCEDENTE** para avaliar o desempenho dos Estágios;
- **6.1.10.** Fornecer aos alunos/estagiários e ao instrutor cartão (crachá) de identificação;
- **6.1.11.** Acompanhar e manter a supervisão didática e pedagógica, visando garantir a qualidade do processo ensino aprendizagem.
- **6.2.** Compete à **CONCEDENTE**
- **6.2.1.** Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- **6.2.2.** Indicar funcionário, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para supervisionar e orientar até 10 (dez) estagiários, simultaneamente, conforme dispõe inciso III, do Art. 9 da Lei Federal nº. 11.788/2008;
- **6.2.3.** Enviar a instituição de ensino com periodicidade mínima 06 (seis) meses, Relatório de
- **6.2.4.** Atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- **6.2.5.** Franquear o acesso dos professores orientadores ao local do estágio para avaliação das instalações, acompanhamento e supervisão das atividades do estagiário;



- **6.2.6.** Disponibilizar instalações, acervo de fichas, prontuários médicos e informações sobre pacientes internados (caso seja pertinente);
- **6.2.7.** Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- **6.2.8.** Prestar informações sobre oportunidades de estágio curricular obrigatório ou não-obrigatório no âmbito de sua organização empresarial;
- **6.2.9.** Comunicar a instituição de ensino, por escrito, quaisquer irregularidades na execução das atividades de estágio concedendo prazo para saná-las.

**Parágrafo Único.** As Secretarias Municipais de Matupá, não fornecerão alimentação aos estagiários e aos instrutores/supervisores de estágio.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RELAÇÃO JURÍDICA

**7.1.** A realização de estágio, por parte do educando, não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza ou pretensões a direitos próprios dos servidores públicos, nos termos dos artigos 3°., *caput*, e 12, § 1°., da Lei n°. 11.788/08.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

**8.1.** A vigência do presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** será até 31 de dezembro de 2025, a partir da data de sua assinatura pelas partes, salvo expressa manifestação contrária, que terá de ser apresentada até, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data do término de previsto.

#### CLÁUSULA NONA - DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

- **9.1.** Caso resultem das atividades do **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, inventos, aperfeiçoamentos ou inovações passíveis de obtenção de privilégio ou patente, nos termos da legislação brasileira, fica estabelecido o seguinte:
- **9.1.1.** As partes se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem a algum resultado passível de obtenção de privilégio ou patente, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado;
- **9.1.2.** Os direitos e obrigações oriundos dos pedidos de registro de privilégios ou patentes decorrentes deste convênio serão atribuídos a ambas as signatárias, na proporção de 50% (cinquenta por cento) a cada uma;



- **9.1.3.** Cada parte, em seu país e nos prazos estabelecidos na legislação vigente, se obriga a requerer, em nome de ambas e perante os órgãos competentes, o privilégio ou patente, bem como o acompanhamento e tramitação do processo;
- **9.1.4.** Caberá a cada parte, em seu país, tomar as providências legais e judiciais no sentido de resguardar a propriedade, a apropriação e o uso indevido por terceiros, das patentes mencionadas neste convênio;
- **9.1.5.** A concessão de licença a terceiros para a exploração de patentes geradas neste convênio dependerá de prévia anuência de cada parte, ficando convencionado que os resultados líquidos serão divididos em partes iguais pelas convenentes;
- **9.1.6.** Cada parte poderá, com a aprovação da outra, ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberem sobre as patentes, obtendo para si os resultados financeiros decorrentes, garantido outra parte o direito de preferência na aquisição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS

- **10.1.** Se do **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** resultar obra científica, literária, ou relativa a programas de computador, os direitos decorrentes pertencerão ao **CONCEDENTE** e à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** em partes iguais.
- 10.2. A eventual utilização será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO E DENÚNCIA

- 11.1. O presente convênio poderá ser extinto de comum acordo ou ainda denunciado, em ônus, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa e escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- **11.2.** Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento de Cooperação Técnica as responsabilidades pela conclusão ou encerramento dos trabalhos e todas demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO:

**12.1.** Este **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** deverá ser publicado, em extrato, pela **CONCEDENTE**, na imprensa oficial no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.



### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

**13.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Matupá/MT, para dirimir eventuais questões oriundas deste **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** não resolvidas na esfera administrativa.

E, para firmeza e como prova de assim haver entre si, justo e acordado, é lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, subscritas pelas partes, intervenientes e duas testemunhas.

Matupá/MT, 18 de setembro de 2025.

Município de Matupá Bruno Santos Mena Prefeito Municipal Concedente

IES - Faculdade Única Ltda. Valdir Henrique Valerio Representante Legal IES

Jozeli Cardoso Giazzoni
Secretário (a) Municipal de Educação e Desporto
Secretário (a) Municipal de Educação
Concedente

Testemunhas:	
1)	2)
Nome: Cleonilde da Silva	Nome: Cristiane Turcatto Martins dos Reis
CPF: 785.210.411-87	CPF: 012.981.961-16
Ass.:	Ass.: